



JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

VOTO

EMENTA: Direito Administrativo. Processo administrativo sancionador. Inadimplemento de obrigações contratuais. Contratação firmada por meio da nota de empenho 2020NE000474. Empresa contratada **MASTERPLAN ENGENHARIA LTDA.**, CNPJ nº 22.5831.68/0001-00. Caracterizada a infração contratual. Reconhecimento do *bis in idem* em relação à proposta de contabilizar múltiplos atos praticados na conduta ilícita. Desclassificação da sanção cabível. Aplicação da sanção de multa e de suspensão do direito de licitar e contratar com a Justiça Federal do RN. Fundamento: arts. 86 e 87, inc. II, da Lei 8.666/93, c/c arts. 4º, alínea "d", e 5º, da Portaria nº 255/2014 - DF/JFRN.

Trata-se de processo administrativo sancionador, instaurado a partir da indicação de supostos atos ilícitos contratuais perpetrados pela empresa **MASTERPLAN ENGENHARIA LTDA.**, CNPJ nº 22.5831.68/0001-00, que fora regularmente contratada para fins de execução dos **serviços de engenharia para realização de estudos, levantamentos e projetos técnicos (básico e executivo) na área de instalações prediais de rede elétrica, hidrossanitária, arquitetura, rede estrutura, bem como na elaboração de estudos preliminar, termo de referência, especificações técnicas (serviços e materiais), memoriais descritivos, planilhas de composições de preços e quantitativos, referentes à reforma e adequação dos prédios sede e anexo da Justiça Federal do RN**, nos termos fixados no Edital (e apêndices) do Pregão Eletrônico nº 09/2020 (PA SEI nº 0000672-71.2020.4.05.7100).

I - DO RELATÓRIO DE FATOS

1. Adotamos como parte deste Relatório os fatos indicados no Item II do Parecer nº 04, de 03 de março de 2021 (doc. 2000202), elaborado por membro-relator do presente feito;

2. Devidamente intimado acerca do Parecer nº 04/2021, a aludida reapresentou, basicamente, idêntica peça de defesa prévia que já havia juntado quando do contraditório realizado pela Fiscalização ainda na fase pré-processual, conforme documento juntado aos autos (doc. 2055241), contendo resumidamente os seguintes argumentos de defesa:

a) Proposta genérica de busca de solução consensual de conflitos, a partir do princípio da consensualidade, no sentido de compor o presente litígio e evitar custos com processos administrativos e judiciais, eventualmente;

b) Haveria "desproporcionalidade da pena", posto que a empresa supostamente "não poupou esforços" para atender as exigências da Fiscalização, como também porque não agiu com "má fé"; e mais, destacou em sede de defesa prévia o valor proposto para a multa poderia trazer consequências financeiras graves à empresa; e,

c) Indicou que a empresa teria executado cerca de 66% do projeto arquitetônico e 100% do projeto de instalações hidrossanitárias, com também que teria disponibilizado engenheira eletricista para fins de conclusão dos projetos de instalações elétricas e de cabimento estruturado (50%) e teria realizado todos os levantamentos de preços nas bases (ORSE, SINAPI, etc.) para fins de realização do Orçamento-base (90%).

É o relatório.

II - DA ANÁLISE DE MÉRITO

Da vinculação do Administrador Público às regras sancionadoras e não cabimento de solução consensual de conflitos

3. Inicialmente, há que se destacar que a aplicação de sanções administrativas é antes de tudo um **dever-poder da Administração Pública**. Não há uma **faculdade**, não cabendo ao Administrador deixar de aplicar o que a lei determina, salvo justificativa de robusta envergadura que tenha o condão de afastar a existência do fato, a ilicitude da conduta e/ou a culpabilidade do Particular Contratado, no caso concreto.

Outra não é a lição pacificada na doutrina especializada, por todos Marçal Justen Filho:

Quando determinada conduta é qualificada como ilícito administrativo, sua ocorrência gera o dever de punição. A omissão de punição é tão antijurídica quanto a prática do próprio ilícito. Nunca pode ser uma questão de escolha da Administração punir ou não punir, segundo um juízo de conveniência política. Aliás, o agente público que deixa de adotar as providências destinadas a promover a punição do sujeito que praticou ilícito pode configurar inclusive crime. Portanto, a prévia definição normativa dos ilícitos puníveis vincula o administrador e retira a margem de liberdade sobre a conduta futura a adotar. (JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico*. 4. ed. rev. e atual. de acordo com a Lei Federal 10.520/2002 e os Decretos Federais 3.555/2000 e 5.450/2005. São Paulo: Dialética, 2005. p. 180).

4. A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que o Administrador está vinculado à aplicação das sanções administrativas previstas na legislação. Porém, sempre há a possibilidade de não ser adequada ou necessária a sua aplicação, diante de certas circunstâncias do caso concreto. Circunstâncias essas que poderão vir à lume exatamente durante a tramitação do respectivo processo sancionador. Isso se infere da seguinte determinação contida em Acórdão da Corte de Contas da União, textualmente (grifamos):

ACÓRDÃO nº 877/2010 - SEGUNDA CÂMARA

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA, referente ao exercício de 2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

[...] 9.6.26. aplique as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993 nos casos de atraso na execução e de inadimplência contratual **ou justifique no processo o motivo da não-aplicação de multa ou outra sanção;**

5. A publicação oficial do Governo Federal para orientação dos agentes administrativos em relação à aplicação de sanções administrativas denominada "**Caderno de logística. Sanções administrativas. Diretrizes para formulação de procedimento administrativo específico**" também reflete a posição firmada no TCU de que o Administrador vincula-se à aplicação das sanções em razão da ocorrência de ilícitos contratuais, salvo se houver justificativa nos autos do processo:

Em outra oportunidade, o TCU se manifestou orientando que, na análise do caso em concreto, se houver situações em que o gestor tenha motivos para deixar de aplicar as sanções, tal situação deve ser devidamente justificada nos autos do processo.

(Disponível em Acessado em 21.07.2016. p. 14).

6. Para além desse dever-poder que recai sobre o gestor pública no sentido de processar os atos ilícitos visando aferir a culpabilidade e responsabilizar os particulares contratados inadimplentes com sanções administrativas, há que se destacar que não faz sentido lógico-jurídico falar aqui da possibilidade de composição ou solução consensual de controversa, visto que, conforme se verifica nas

manifestações em contraditório aduzidas pelo Contratado, inexistente qualquer divergência em face do fato de que houve efetivamente descumprimento contratual. Qualquer espécie de divergência que poderia ser resolvida em sede de composição consensual estaria na dimensão do quantum dos serviços teriam sido executados, fato que não tem qualquer interferência no julgamento do presente feito, conforme restará fundamentado linhas a frente.

7. Logo, resta claro que não há alternativa ao Administrador, em caso de conhecimento da prática de atos ilícitos contratuais por partes de particulares contratados, a não ser a imediata autuação de processo administrativo sancionador, como também que, inexistindo motivo justo que afaste a existência do fato, a sua natureza ilícita ou a culpabilidade do particular, ele deve obrigatoriamente ser responsabilizado se submetendo às sanções cabíveis, sempre sob a luz da regra da proporcionalidade.

Do contraditório e ampla defesa:

8. Imprescindível ressaltar que a empresa inadimplente teve total possibilidade de exercer plenamente seu direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa, nos termos estampados no art. 5º, LV, CRFB/1998. De fato, a empresa foi instada ainda na fase pré-processual pela Fiscalização para fins de defender-se preliminarmente, como também a Comissão Processante notificou a empresa quanto à abertura de presente Processo Sancionador em razão da inexecução contratual integral indicada pela Fiscalização, como também acerca da possibilidade de aplicação das penalidades concretamente cabíveis, para o exercício regular de seu direito ao contraditório e ampla defesa na fase processual, objetivando a eventual apresentação de **defesa prévia e indicação de quaisquer meios de prova aceita em Direito**, no prazo de cinco dias úteis, inclusive franqueando os autos para fins de consulta e cópias, nada sendo apresentado pelo Particular inadimplente.

9. A partir disso, a empresa nas duas oportunidades exerceu o direito de contradizer e se defender, acostando aos feitos duas petições contendo razões de defesa (docs. 1896527 e 2055241).

Da(s) conduta(s) ilícita(s) do contratado:

10. Inadimplemento contratual pode ser decorrente de ação ou omissão do Contratado no cumprimento de suas obrigações contratuais e/ou legais. No presente caso, a empresa contratada descumpriu parcialmente a contratação pactuada por meio da nota de empenho número 2020NE000474, de 05 de junho de 2020, posto que de fato (vale dizer, trata-se de fato porque não foi negado pela própria Contratada em sua peças de defesa) a empresa não executou os serviços pactuados entre as partes, particularmente quanto aos projetos de arquitetura, cabeamento estruturado e instalações elétricas, como também quanto ao orçamento.

11. Percebam: efetivamente apenas há divergência entre as alegações da Fiscalização e da Contratada do *quantum* teria sido executado em cada projeto ou serviço, mas restou claro que o objeto não foi executado como previsto na contratação assinada pelas partes, nada obstante a inúmeras reuniões, cobranças, comunicações e notificações realizadas pela Fiscalização no sentido de viabilizar a efetiva execução dos serviços (cf. 1784467, 1784479, 1784510, 1784527, 1784574, 1784637, 1784682, 1784694, 1784702, 1784761). Isto é, não há dúvida da existência dos fatos apontados pela Fiscalização.

12. Por outra, certo de que os fatos existiriam, fundamental investiga-se se eles tem natureza de ilícitos contratuais. Com efeito, constata-se que o item 3.3 - Das Especificações Técnicas dos Serviços - do Projeto Básico (doc. 1782940), bem como no item 6.1 - Das Obrigações da Contratada, os quais são parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2020, constata-se que era dever expresso da empresa contratada executar todos os serviços contrados, observadas as condições técnicas e os prazos pactuados. Portanto, as condutas da empresa Contratada são ilícitos contratuais e representam objetivamente inadimplemento parcial do Contrato.

13. Registre-se, ainda, que a Cláusula 13.1 - Das Sanções por Inadimplemento no Projeto Básico, prevê a possibilidade de aplicação de sanções administrativas às hipóteses dos fatos ocorridos durante a execução dos serviços contratado.

Da análise do(s) dano(s) à Administração:

14. Em relação ao dano ocasionado pela postura inadequada do Particular Contratado, constata-se que, em virtude do descumprimento apontado, a Justiça Federal do Rio Grande do Norte teve que buscar elaborar ou complementar diretamente os projetos necessários para fins e contratação de empresa para executar a obra, inclusive expondo a riscos elevados em relação à estratégia Institucional, particularmente com o considerável atraso na realização da obra e atendimento das demandas internas pelas melhorias pretendidas.

15. Acaso não bastasse o dano que fora destacado no item anterior, deve-se destacar que há presente dano também quanto aos próprios custos com a realização do procedimento de contratação que ensejou a contratação da empresa ora inadimplente.

Da individualização da sanção:

16. Na aplicação da sanção administrativa, indispensável a individualização concreta da penalidade cabível ao caso, considerando todas as suas circunstâncias. O sancionamento administrativo do particular inadimplente, conforme indicam a doutrina e jurisprudência, depende fundamentalmente de **princípios e fatores basilares** orientadores da individualização ou dosimetria da sanção a ser aplicada.

17. Inexistem dúvidas de que o processo administrativo sancionador tem grande potencial de afetar negativamente a esfera de direitos e interesses do particular, especialmente em seu patrimônio e no direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública. É procedimento que se assemelha sobremaneira com o processo penal, sendo imprescindível a ampla observância dos direitos e garantias individuais daquele que poderá ser sancionado pela Administração. Esse é o entendimento pacificado no STJ quando estabelece, textualmente (grifamos):

[...] à atividade sancionatória ou disciplinar da Administração Pública se aplicam os **princípios, garantias e normas que regem o processo penal comum**, em respeito aos valores de proteção e defesa das liberdades individuais e da dignidade da pessoa humana, que se plasmaram no campo daquela disciplina [...]

(RMS 24559/PR, Dj 01.02.2010)

18. Sendo assim, efetivamente deve o gestor público observar primeiramente as **espécies de sanções legalmente tipificadas ou previstas**, bem como a prévia previsão editalícia de aplicação das várias espécies de sanções administrativas em razão de condutas inadequadas concretas dos particulares contratados; em seguida, há de se ponderar tal e/ou qual sanção(ões) cabe(m) ao caso concreto, mediante competente processo administrativo em que seja absolutamente preservado direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa.

Nesse sentido, aduz-se à colação, *in verbis*:

Então, o instrumento jurídico fundamental para elaboração de uma teoria quanto às sanções atinentes à contratação administrativa reside na proporcionalidade. Isso significa que, tendo a Lei previsto um elenco de quatro sanções, dotadas de diverso grau de severidade, impõe-se adequar as sanções mais graves às condutas mais reprováveis. A reprovabilidade da conduta traduzir-se-á na aplicação de sanção proporcionada e correspondente. (JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Dialética, 2009, p. 849).

19. O primeiro princípio fundamental a ser analisado é o da **tipicidade**, ou seja, aquele que apregoa que sempre deve haver prévia cominação legal da sanção a ser aplicada. Neste caso, há que destacar as regras legais fixadas nos arts. 86 e 87, da Lei 8.666/93, como também no art. 7º, da Lei 10.520/02, *in verbis*:

LEI Nº 8.666/93:

[...]

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

[...]

LEI nº 10.520/2002:

[...]

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

[...]

20. No entanto, a **tipicidade** no campo das sanções administrativas é, em certa medida, diferenciada. Isto é, a lei não fixa as **condutas e suas respectivas sanções**, como sempre o faz na seara penal. Diferenciação perfeitamente compreensível e pacificamente aceita na doutrina e jurisprudência pátrias, visto que seria impossível precisar todas as condutas que podem representar inadimplementos contratuais, mercê das inúmeras espécies de objetos que podem ser contratados por meio dos contratos administrativos.

21. Bem por isso, exige-se que o Edital da licitação e o Projeto Básico contenham regras claras e objetivas com a especificação das condutas ilícitas passíveis de sancionamento e suas respectivas sanções em tese. Aliás, é exatamente isso que se verifica nas regras ínsitas na Cláusula 13 do Projeto Básico. Com efeito, a partir da indicação da Fiscalização na Tabela de Infrações Contratuais (doc. 1822870), as **condutas** totalizariam 26 pontos, decorrentes de duas infrações médias, duas graves e uma gravíssima.

22. A partir do disposto na Portaria DF/JFRN n.º 255/2014, que disciplina os procedimentos de aplicação de sanções administrativas a contratados inadimplentes no âmbito da Justiça

Federal do RN, constata-se que para uma pontuação de **26 pontos** caberia a aplicação das seguintes sanções, nos termos do art. 4º, alínea "d", e art. 6º, alínea "d": *"Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo mínimo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes"*; haverá o registro junto ao SICAF, ao CEIS e a rescisão contratual, conforme o caso.

23. Além disso, logicamente toda e qualquer inexecução contratual precede de uma mora, a qual deverá ser sancionada à **proporção de 0,333% (zero vírgula trezentos e trinta e três por cento)** por dia de atraso, incidente sobre a parcela em atraso, com **percentual acumulado limitado a 10%**, sendo que os atrasos superiores a 30 (trinta) dias são considerados falta **de leve a gravíssima**, a depender do caso concreto, tudo isso à luz do disposto no art. 5º da Portaria DF/JFRN nº 255/2014. Como a empresa não cumpriu o contrato em sua integralidade, a multa moratória alcançou o limite **10%** (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida. Efetivamente, resta objetivamente indicada que a **multa moratória** máxima poderia ser de até **7%** sobre o valor da parcela que houve atraso, bem como que caberia **multa compensatória de 10%** do sobre a parcela inadimplida.

Da classificação típica proposta e a regra-princípio do non bis in idem:

24. A princípio, não é demasiado destacar que a regra-princípio do non bis in idem consagra, resumidamente, o direito fundamental do devido processo legal na sua dimensão material, quando prefessar que ninguém pode ser sancionado mais do que uma vez pela prática do mesmo ato. Ou seja, quando da classificação típica das condutas que ensejam a responsabilização do autor, fundamental garantir que o enquadramento em certo tipo não contenham, logicamente, outras contutas que seriam inerentes à conduta típica principal.

25. No presente caso concreto, restou bastante claro que houve essencialmente um descumprimento parcial das obrigações contratuais, tendo sido o objeto/escopo contratual executado apenas parcialmente. Dizendo de outra forma, nada obstante poderem ser alegados que o Contratado não entregou os documentos exigidos ou não entregou os projetos no prazo, tudo isso se resumiria ao descumprimento parcial da obrigação contratual.

26. Ora, a partir do disposto na Tabela 3 do item 13.1 do Projeto Básico, cuja classificação da gravidade da conduto de "inexecução total" fora indicada previamente como sendo gravíssima, combinado com o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria DF/JFRN nº 255/2014, pode-se indicar que uma conduta tipificada como sendo de "inexecução parcial" do objeto contratual deveria ser considerada, proporcionalmente, como sendo de natureza **grave**.

27. A par disso, objetivamente resulta a conclusão de que, a regra-princípio do *non bis in idem*, impõe se reconhecer que no presente caso apenas se pode atribuir a pontuação de total de **11 pontos**, decorrentes das condutas de não apresentação de preposto, não registro do contrato no CREA e da inexecução parcial do objeto contratual.

28. Portanto, as sanções cabíveis em tese devem ser necessariamente desclassificadas, restando o particular submetido à responsabilização em tese com, no máximo, as seguintes sanções, segundo disposto no art. 4º, alínea "d", da Portaria DF/JFRN nº 255/2014: **multa compensatória** de 10% a 15% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato; **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração contratante, por prazo de até 02 (dois) anos ou **impedimento de licitar e contratar** com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, caso a contratação decorra de licitação na modalidade de Pregão.

Da regra da proporcionalidade e a culpabilidade do Contratado:

29. Aqui se deve realizar o destaque de que efetivamente o instrumento jurídico fundamental para elaboração de uma teoria quanto às sanções atinentes à contratação administrativa reside na **proporcionalidade**. Jamais há qualquer fundamento na existência de uma pretensa hierarquia entre as espécies de sanções previstas na legislação. Isto é, invariavelmente uma sanção administrativa apenas será **legítima** se garantida uma medida de **proporcionalidade** entre conduta ilícita (inclusive considerando o dano e as circunstâncias de culpabilidade do caso) e a reprimenda sancionatória.

30. Como conduta e dano já foram destacados anteriormente, importa analisar a **gradação da culpabilidade** do Particular inadimplente para fins de definição proporcional ou ponderada das penalidades aplicáveis. À luz da doutrina especializada, pode-se graduar a **culpa de leve a gravíssima**, obviamente cabendo a sanções mais brandas às situações de culpas leve, e mais severas às gravíssimas. Neste caso, conforme parâmetros objetivos previamente pactuados, a culpa fora classificada como de natureza **grave**.

31. Todavia, a natureza grave da conduta do particular Contratado neste caso deve ser mitigada, em parte, pela sua postura em face da situação concreto, quando buscou atuar de boa-fé no sentido de reduzir os danos à contraparte decorrentes de suas falhas ou inadimplementos contratuais, sobretudo atendendo a algumas das solicitações da Fiscalização e agindo efetivamente para tentar sanar a situação.

32. À luz de um juízo objetivo de ponderação, entende-se ser **grave a conduta** do particular e **média a culpabilidade** que fundamentam a penalização da empresa nas seguintes sanções: a penalidade de **multa de R\$ 2.083,25** (dois mil, oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), cumulada com **suspensão do direito** de participar em licitações e impedimento de contratar com a Justiça Federal do RN pelo prazo de **6 (seis) meses**.

III - DA DECISÃO:

33. EM FACE DO EXPOSTO, baseada nos princípios da indisponibilidade do interesse público, da especificação e da proporcionalidade, e considerando, sobretudo, em razão do dano acarretado pela conduta do Particular e seu grau culpabilidade, a Comissão Processante, com fundamento na atribuição delegada por meio do art. 1º, VI, da Portaria nº 161/2015 – JFRN – DF, DECIDE:

a) Aplicar **multa de R\$ 2.083,25** (dois mil, oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), que deverá ser descontada do valor retido cautelarmente ou ser recolhida por meio de GRU, com prazo de vencimento de **30 (trinta) dias**, ressaltando que o não pagamento no prazo fixado ensejará na atualização monetária através da Tabela de Cálculos da Justiça Federal, a contar desta decisão, e a solicitação da inscrição do débito na Dívida Ativa da União, para fins de execução fiscal;

b) **suspensão do direito** de participar de licitações e impedimento de contratar com a Justiça Federal do RN pelo prazo de **6 (seis) meses**;

c) Cientificar o particular para eventual exercício do **direito de recurso**, nos termos do art. 109, I, alínea “f”, da Lei 8.666/93, imediatamente após a decisão do feito; e,

d) Publicar extrato da decisão no Diário Oficial da União, como também do registro da sanção aplicada, após o trânsito em julgado, no SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais).



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTINO PIERRE DA COSTA, TÉCNICO JUDICIÁRIO/ ADMINISTRATIVA**, em 28/04/2021, às 00:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2055244** e o código CRC **BE5C438E**.